



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**13ª REUNIÃO**

**CONSELHO DE RELAÇÕES DE TRABALHO**

**21 de maio de 2013**

**Brasília-DF**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**13ª REUNIÃO DO CONSELHO DE RELAÇÕES DE TRABALHO**

**Data:** 21/05/2013

**Local:** Ministério do Trabalho e Emprego, Esplanada dos Ministérios Ed. Sede Bloco F, sala 433– Brasília/DF.

**PARTICIPANTES:** Maria das Graças Almeida – GM; João Alberto Graça – GM; Paulo Roberto dos Santos Pinto – SE; Nilton Fraiberg Machado – SE; Roberto Marinho Alves da Silva – SENAES; Luiz Felipe Brandão de Mello – SIT; Manoel Messias Nascimento Melo – SRT; Eudes da Silva Carneiro – SRT; Ione Rocha Torres Mendes – SRT; Patrícia Cerqueira de Coimbra Duque – CNC; Marcello José Pinho Filho – CNI; Rafael Ernesto Kieckbush – CNI; Alexandre Venzon Zanetti – CNS; João Adilberto Pereira Xavier – CNS; Nicole Goulart – CNT; Magnus Ribas Apostólico – CONSIF; Sylvania Lorena Teixeira de Sousa – CNI; Carlos Alberto de Oliveira Pereira – CGTB; Mauri Viana Pereira - CGTB; Pascoal Carneiro CTB; Jacy Afonso de Melo – CUT; Valeir Ertle – CUT; Luiz Carlos Motta FS; Danilo Pereira da Silva – FS; Hamilton Dias de Moura – NCST; Wilson Pereira – NCST; Francisco Canindé Pegado do Nascimento – UGT; convidados Bernardo Rocha - CNA; Danilo Piva Junior CNTur; Maria Silvia L. Castro – CUT; Fabiana Sousa Lemos – CNCOOP; Danielle Souza – CUT; Tânia R. Zamborlem – CUT; Antonio Sousa Ribeiro – CUT; Paulo Roberto da Silva – CUT;

1 Aos vinte e um dias de maio de dois mil e treze, no Ministério do Trabalho e Emprego, sala  
2 433, ocorreu a 13ª Reunião do Conselho de Relações de Trabalho. ABERTURA: O senhor  
3 Paulo Roberto Pinto, abre a reunião cumprimentando a todos e dando boas vindas aos  
4 novos membros do Conselho, apresentando as substituições. Questiona se há alterações ou  
5 apontamento para a aprovação da ata da última reunião. Magnus Ribas Apostólico pede que  
6 seja incluída a situação do representante da CNTUR que estava na última reunião, porém  
7 não consta na ata. Luiz Carlos Motta cita o seguinte texto da pauta *“por fim, destacou-se que*  
8 *foi a lei dos motoristas que está sob coordenação da Casa Civil, mas que o Ministério do*  
9 *Trabalho e Emprego está acompanhando”* e coloca que a reivindicação é que: “seja incluído  
10 o tema na pauta do Conselho de Relações do Trabalho”. Francisco Canindé Pegado coloca  
11 sobre a recomendação feita ao excelentíssimo senhor Ministro do Trabalho e Emprego a  
12 respeito da criação do Grupo de Trabalho com finalidade de realizar estudos técnicos e  
13 normativos objetivando a renovação do sistema eletrônico de ponto, atendendo aos  
14 princípios da segurança dos dados registrados. Foi aprovado o novo texto pelo Conselho e  
15 definida a data de instalação do Grupo de Trabalho que será no dia 24 de junho. O próximo  
16 tema de pauta é: “indicação dos nomes dos membros da Bancada dos Trabalhadores para  
17 instalação do referido Grupo de Trabalho”. Manoel Messias Nascimento Melo, abre a  
18 discussão relata que há indicações da Bancada dos Empregadores e que a Bancada dos  
19 Trabalhadores fez suas indicações na última reunião verbalmente, porém não foi pego na  
20 gravação, e que está faltando a indicação da CGTB, entretanto, o senhor Carlos Alberto  
21 de Oliveira Pereira expõe que foi feita a indicação do senhor João Edilson na última reunião.  
22 O Sr. Pascoal Carneiro fala sobre a situação das bancadas em relação ao Seminário Tabela  
23 de Categoria, já que cada Bancada tem uma proposta para levar ao Seminário e por isso sua  
24 preocupação é de não haver consenso e saírem sem um posicionamento das partes. Sugere  
25 que o Governo faça sua proposta para que as centrais trabalhem em cima da proposta do

26 governo. Para tal situação o Sr. Manoel Messias Nascimento Melo destaca dois caminhos:  
27 um que seria a auto-regulação das centrais e a outra seria a proposta apresentada por  
28 Pascoal Carneiro, porém necessitaria da aprovação das bancadas e de mais tempo para o  
29 governo preparar a proposta. Francisco Canindé Pegado expõe que o Ministério não  
30 encaminhou para as centrais nada consolidado do que foi objeto das fases um e dois, que foi  
31 colocar os setores depois das áreas. Sugere que o Ministério dê às centrais sindicais um  
32 prazo para que cada central faça o seu desenho e sua proposta de categoria e encaminhe  
33 para o Ministério para análise, e que as propostas sejam feitas na reunião com o Ministério.  
34 Ficou decidido que as centrais sindicais deverão apresentar suas propostas iniciais e o  
35 Ministério do Trabalho elaborará uma síntese com o posicionamento de tabela para um novo  
36 seminário; as confederações de empregadores entregarão sua proposição e fixarão a data  
37 de discussão depois. O próximo tema de pauta “Recebimento de sugestões, para a proposta  
38 de portaria, que visa aperfeiçoar a forma de coleta e atualização dos dados e a formalização  
39 dos processos administrativos do trabalho temporário”. Manoel Messias Nascimento Melo  
40 inicia a discussão lembrando que seria discutida a proposta de portaria elaborada pela SRT  
41 que busca aperfeiçoar o processo de tramitação das prorrogações dos contratos de trabalho  
42 temporário e normatizar a coleta de dados sobre esses contratos. Fora enviado aos  
43 conselheiros uma minuta da portaria, para que sejam feitas sugestões e propostas. A  
44 proposta de portaria fora enviada aos conselheiros com um erro, pois nela falta o artigo 3º, e  
45 a falta deste artigo gera muita discussão a respeito da prorrogação e Magnus Ribas  
46 Apostólico questiona que o entendimento do artigo 2º é que o limite de prorrogação é seis  
47 meses, dando um total de nove meses de prorrogação. Paulo Roberto Pinto afirma que até o  
48 final do dia mandará o artigo correto para todos os conselheiros e que até o dia 17 de junho  
49 todos mandem sugestões, críticas, questionamentos e os apontamentos, deixando a  
50 discussão para a próxima reunião. O próximo item de pauta “Apresentação da proposta de  
51 criação de Grupo de Trabalho que estudará as atividades de repositores e promotores de  
52 vendas”. Houve uma reunião prévia onde todas as entidades que representam a área de  
53 comércio e da indústria CNI, CNC e as centrais sindicais para discutir o tema, para se chegar  
54 no entendimento sobre essas atividades, onde se realizam. São atividades exclusivas do  
55 estabelecimento comercial? Podem ser terceirizadas? No debate chegou-se à conclusão de  
56 que seria válido a criação de um Grupo de Estudo para conhecimento dessas atividades de  
57 acordo com o Sr. Manoel Messias Nascimento Melo. O Sr. Hamilton Dias de Moura coloca  
58 que sua Central Sindical não foi convidada para a reunião feita previamente. Luiz Carlos  
59 Motta sugere que esse tema seja retirado da pauta enquanto não se discutir a Tabela de  
60 Categorias, porque entende que na tabela esse problema será resolvido. O Sr. Magnus  
61 Ribas Apostólico tem como proposta não esperar a definição de categorias, porque pode  
62 demorar, mas que seja tratado na próxima reunião, para que a proposta de criação do Grupo  
63 de Trabalho seja debatido entre as centrais para se ter a decisão da criação ou não do  
64 Grupo. Por consenso, pelas colocações feitas pelos conselheiros opta-se por discutir esse  
65 tema na próxima reunião do Conselho. Durante a discussão do tema dos repositores e  
66 promotores de vendas o Sr. Pascoal Carneiro aponta a má formulação da pauta e pede que  
67 se crie um mecanismo para sua elaboração, para melhor compreensão das bancadas. Jacy  
68 Afonso de Melo sugere, com base em sua experiência no FGTS, a criação do GAP, para  
69 esclarecer e tirar dúvidas, para que não haja dúvidas na reunião do Conselho e não seja  
70 necessário adiar assuntos para a próxima reunião. Magnus Ribas Apostólico propõe que a  
71 reunião do GAP seja feita por um grupo técnico. Manoel Messias Nascimento Melo  
72 recomenda que a reunião do GAP faça parte do calendário do Conselho e ainda ressalta que  
73 talvez esse grupo não seja criado agora, mas que possivelmente será criado daqui a dois  
74 meses. Próximo ponto de pauta “Apresentação e discussão de diretrizes com vistas à  
75 aprovação de resolução que tratará da tramitação dos processos de reconhecimento de  
76 categorias para fins de registro sindical, no âmbito do Conselho” Manoel Messias

77 Nascimento Melo diz que a nova portaria prevê que em caso de dúvida técnica sobre o pleito  
78 de criação de um sindicato de determinada categoria de acordo com entendimento  
79 consolidado no Ministério, a Secretaria de Relações do Trabalho consultará o Conselho de  
80 Relação do Trabalho para que emita um parecer dando seu posicionamento sobre  
81 determinada categoria. Abre-se a discussão com a pergunta, como caminhará esse processo  
82 no Conselho? A proposta é que se discutam as diretrizes e que seja possível a aprovação de  
83 uma resolução do Conselho, sobre como tramitará o processo dentro do Conselho. O Sr.  
84 Messias ainda encaminhou questionamentos para serem respondidos pelas Bancadas para  
85 a criação da resolução. Em resposta à colocação o Sr. Mauri Viana Pereira expõe que a  
86 Tabela de construção de categoria é algo compulsório, e o que se poderia fazer, é voltar à  
87 antiga AESB, que é renovada a cada dois anos. Questionado, o Sr. Manoel Messias explica  
88 que a portaria prevê a criação da tabela de categoria, que não é compulsória, uma vez que a  
89 constituição estabelece a livre organização sindical, salientou que os casos que não conste  
90 na tabela, o Ministério irá buscar orientação junto às representações sindicais. Sugeriu que  
91 seja estabelecido um prazo para apresentação de proposições, com o intuito que seja  
92 construída a Resolução em paralelo à criação da Tabela de Categoria que irá tratar da  
93 tramitação. Manoel Messias salientou que até cinco dias antes da reunião de coordenação  
94 das Bancadas serão aceitas as proposições para inclusão de temas na pauta. Durante os  
95 informes, foi esclarecido que o mandato do Conselho termina em trinta e um de maio, e que  
96 o prazo para fazer a nomeação dos novos membros do Conselho é até trinta de junho, sendo  
97 permitidas somente duas reconduções dos conselheiros. Messias informou o percentual da  
98 aferição das centrais sindicais que possuem participação no Conselho e que fora publicado  
99 no Diário Oficial, são os seguintes percentuais; CUT 45,7%, Força Sindical 17,74%, UGT  
100 14,4%, CTB 11,79% e Nova Central Sindical dos Trabalhadores 10,37%. Informou que houve  
101 recurso da CGTB quanto ao modo de aferição utilizado pelo Ministério, porém não obteve  
102 êxito no recurso. Recomenda que seja explicitado, que caso a CONTAG seja incorporada ao  
103 Conselho, será na 5ª vaga destinada à CUT, que é a detentora do mandato. Informou  
104 Messias que os processos de federação, confederação e sindicatos que estão em análise  
105 não aparecem na fila do Sistema de Distribuição de Processos. Sai da fila e todo o processo  
106 funciona da seguinte maneira: no extrato individual está colocado a situação do processo,  
107 que pode ser aguardando distribuição ou distribuído, e caso esteja na fila qual a sua  
108 colocação, porém, poderá retornar à fila a partir da data do protocolo original de impugnação,  
109 caso ocorra. Sofrendo impugnação a fila aumenta, e que atualmente atuam quatorze  
110 analistas, que é um número baixo atuando, sendo que desse total sete são de outras  
111 superintendências. Nos casos em que há decisão judicial, o processo segue da forma como  
112 foi determinado pela Justiça, mesmo onde a liberação não devia ocorrer. Posteriormente, a  
113 Consultoria Jurídica encaminha à Procuradoria da União, que representa o Ministério, para  
114 que a mesma possa reverter tal decisão. Informou, ainda, que as entidades que apresentam  
115 divergências junto à Caixa Econômica Federal e Receita Federal, divergências essas que o  
116 Ministério está consultando, estão sendo notificadas a corrigirem eventuais erros para que  
117 não sejam suspensas. Pediu às entidades que façam a atualização sindical com agilidade, e  
118 que será fornecida uma lista constando as entidades que estão com irregularidades  
119 identificadas. A CNC encaminhou uma lista com 135 entidades identificadas da relação das  
120 932 que estão com problemas na CAIXA. Retornando ao item das diretrizes para tramitação  
121 dos processos de reconhecimento de categorias, o Sr. Luiz Carlos Motta manifestou sobre  
122 cada uma das questões, como segue: 1ª) O processo segue direto para a câmara bipartite,  
123 envolvida? Os processos deverão ser encaminhados diretamente pela Secretaria Executiva  
124 do CRT às câmaras bipartites, dando ciência ao Pleno na reunião imediatamente posterior.  
125 Com essa resposta a segunda pergunta fica prejudicada. 3ª) haverá um relator para os  
126 processos? Sim, facilita ter o relator, que não impede que os demais conselheiros se  
127 apresentem sequenciados em acordos a serem pré-estabelecidos, alternados entre

128 trabalhadores e governo. A quarta eu acho que já fica respondida. 5ª) como será a ciência  
129 dos conselheiros acerca dos processos que forem remetidos ao Conselho? Comunicado da  
130 Secretaria de Relações do Trabalho, sobre o tema, data da distribuição e relator. 6ª) qual o  
131 prazo mínimo para o processo chegar à Secretaria Executiva do CRT para entrar em pauta?  
132 É importante estabelecer um prazo para o relator, outro para que entre em pauta e prazo  
133 para que os demais conselheiros possam examinar e pedir vista. “No regimento interno há  
134 prazo para o pedido de vista”. O processo será encaminhado à câmara bipartite, no prazo  
135 máximo de quinze dias, depois de estabelecido o conflito, tendo o relator do processo na  
136 câmara o prazo de até sessenta dias para retorná-lo a Secretaria Executiva do Conselho de  
137 Relações do Trabalho, para entrar na pauta, imediatamente subsequente. 7ª) Haverá uma  
138 designação de assessores das representações para estudos de temas? A designação de  
139 assessores pode ser facultativa, fica a critério de cada bancada. 8ª) Como será esse tipo de  
140 assessoria? A critério de cada bancada. 9ª) como será a distribuição do tempo de exposição  
141 e voto? Não há necessidade de se estabelecer tempo para a exposição e voto, mas o tempo  
142 será o regimental. 10ª) Haverá a possibilidade de outras intervenções e como será? Sim,  
143 mesmo dentro da bancada pode ter votos discrepantes, portanto, é necessário que se  
144 estabeleça a possibilidade de se juntar votos em separado. Se não houver consenso na  
145 bancada será o tempo regimental. 11ª) A votação seguirá os mesmos trâmites dos demais  
146 assuntos levados na CRT? Sim, de acordo com o regimento. 12ª) O resultado será  
147 encaminhado ao Ministro, por meio de recomendação? O encaminhamento será para o  
148 Secretário de Relações do Trabalho, o Conselho de Relações do Trabalho é órgão de  
149 aconselhamento do Ministro, mas há previsão de encaminhamento para o CRT, conforme a  
150 portaria 326. 13ª) haverá convocação extraordinária para a votação dos processos. Em caso  
151 positivo, a partir de quantos processos? Será sempre facultada a convocação de pauta  
152 extraordinária. Jacy Afonso solicitou que, uma vez que a portaria foi alterada, sejam  
153 informados quais os conselheiros não podem ser reconduzidos ao cargo. Sugere que a  
154 CONTAG seja incorporada à CUT em um efetivo e um suplente. Solicitou que sejam  
155 disponibilizados quais processos das federações, confederações e sindicatos estão em  
156 análise e quais estão distribuídos aos analistas. Paulo Roberto Pinto sugere que, como o  
157 grupo possui uma confederação patronal que ocupa uma vaga que era da CONFENEM, ou  
158 seja, uma segunda vaga, e estariam perdendo uma vaga da representação dos  
159 trabalhadores, a alternativa seria reduzir uma vaga da Bancada do Governo, deixando de ter  
160 dez representações e passando a ter nove, mas defende a manutenção do número de dez,  
161 isso para que, posteriormente, caso ocorra mudança em reflexo à decisão judicial, ter que  
162 retornar para dez, tornando o conselho uma espécie de “sanfona”. Valeir Ertle sugeriu que  
163 seja mantido em dez e que a CONTAG seja incorporada na vaga da CUT. Rafael Ernesto  
164 Kieckbush solicitou que seja esclarecido como funciona o andamento e formação da fila para  
165 análise dos processos de federação, confederação e sindicatos. Francisco Canindé Pegado  
166 do Nascimento solicitou ao Secretário que seja esclarecido, nos casos em que há decisões  
167 judiciais determinando a liberação da carta sindical, mesmo em casos em que a liberação  
168 não deveria ocorrer, se a decisão judicial é seguida. Foi informado que se cumpre a decisão  
169 judicial e recorre para reverter. **Encerramento:** Terminadas todas as considerações e  
170 discussões acerca dos assuntos apresentados e informes, o Sr. Messias de Melo agradece a  
171 presença de todos e encerra a reunião.